

## **NOÇÕES ACERCA DO MAL E DO LIVRE-ARBÍTRIO PARA A COMPREENSÃO DO BEM E DA LIBERDADE EM SANTO AGOSTINHO**

### *NOTIONS ABOUT EVIL AND FREE WILL FOR UNDERSTANDING THE GOOD AND FREEDOM IN SAINT AUGUSTINE*

*José Fabricio da Silva Barbosa\**

**Resumo:** Este artigo aponta as principais razões acerca do mal e do livre-arbítrio segundo o pensamento de Santo Agostinho, para a compreensão da liberdade, que é o bom uso da vontade livre. O livre-arbítrio é, pois, a capacidade de realizar, ou não, o bem. Desse modo, compreende-se aceitar ou rejeitar a vontade de Deus, todavia, só será realmente livre, àquele que escolher, por intermédio do auxílio divino, a vontade do Criador. Assim sendo, o poder de livre decisão é algo positivo, mesmo que sujeito ao pecado. A respeito do mal, elemento que perturbou Agostinho desde a sua juventude, foi após o seu rompimento com o maniqueísmo e o início de sua conversão, que conseguiu verdadeiramente compreender que tudo o que existe é bom, que o mal não é uma substância e que Deus é o Sumo Bem, a Verdade Eterna. Portanto, o pensamento agostiniano nos sugere a paz, a tranquilidade da ordem, a conciliação entre fé e razão, para que perscrutemos a força e a coragem na perseverança da busca pela Verdade Eterna.

**Palavras-chave:** Agostinho. Livre-arbítrio. Bem. Mal. Maniqueísmo.

**Abstract:** This article points out the main reasons about evil and free will according to the thoughts of Saint Augustine, for the understanding of freedom, which is the good use of free will. Free will is, therefore, the ability to do good or not, therefore, to accept or reject God's will. However, only those who choose, through divine assistance, the will of the Creator, will be truly free. Therefore, the power of free decision is something positive, even if subject to sin. Regarding evil, an element that disturbed Augustine since his youth, it was after his break with Manichaeism and the beginning of his conversion, that he was able to truly understand that everything that exists is good, that evil is not a substance and that God is the Supreme Good, the Eternal Truth. Therefore, Augustinian thought suggests to us peace, the tranquility of order, the reconciliation between faith and reason, so that we can examine the strength and courage in the perseverance of the search for Eternal Truth.

**Keywords:** Augustine. Free will. Good. Evil. Manichaeism.

### **Introdução**

*Aurelius Augustinus Hipponensis* (13 de novembro de 354 - Tagaste; 28 de agosto de 430 - Hipona), mais conhecido como Santo Agostinho ou Agostinho de Hipona, foi um grande filósofo e teólogo católico, convertido à fé cristã em 386. Recebeu o batismo, juntamente com seu filho Adeodato, pelas mãos de Santo Ambrósio de Milão e, posteriormente, em 395, foi consagrado bispo. É considerado um dos primeiros a fundamentar os principais dogmas e teorias da base teológica do cristianismo.

---

\* Este artigo compreende o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade João Paulo II como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Filosofia, sob orientação do prof. Dr. Orion Ferreira Lima. E-mail: josefabricio128@gmail.com

Logo após sua conversão, em 386, Agostinho tinha dúvidas acerca do mal e do livre-arbítrio, o que fez com que ele dialogasse e escrevesse com pensadores contemporâneos daquela época (período patrístico), sobretudo com Evódio e Alípio. Algumas questões que incomodavam Agostinho podem ser demonstradas pelos seguintes questionamentos: o mal seria uma substância? Ele teria uma realidade metafísica? Seria bom ou ruim que Deus concedesse o livre-arbítrio ao homem?

Com base no exposto, pode-se dizer que o maior problema na filosofia e teologia de Santo Agostinho esteja em superar a contradição entre a existência de Deus e do mal.

Uma das obras mais importantes escrita pelo santo de Hipona é, certamente, “O Livre-Arbítrio” (*De Libero Arbitrio*), sendo o último dos nove diálogos filosóficos escritos por ele. Consiste num diálogo amigável com seu conterrâneo Evódio, o único interlocutor nessa obra. Em “Confissões” (*Confessiones*), o santo revela que ainda não tinha a ideia clara e nítida sobre a causa do mal, todavia, estava claro o fato de que ele próprio estava certo quanto à falsidade da doutrina daqueles que ele havia se afastado por convicção.

No pensamento (*cogito*) agostiniano, é possível perceber que ele tem uma grande confiança em Deus, uma fé firme que não é abalada por dúvidas. “O Livre-Arbítrio” traz um debate entre os conterrâneos Agostinho e Evódio cuja questão que norteia a discussão é se os atos da vontade são livres ou não. Para o bispo de Hipona, livre-arbítrio equivale ao conceito de ato de livre decisão ou opção.

Santo Agostinho parte do “*credo ut intelligam*” (creio para entender). Posteriormente, ele inspirou o argumento endonoético de Santo Anselmo e foi por meio deste testemunho que a filosofia nunca mais perdeu de vista a fé. No que diz respeito à existência de Deus, o lema anselmiano é “a fé que procura entender” (*fides quaerens intellectum*). Afirmava que o amor é o que dá sentido à fé, e esta, por sua vez, sem o amor, é morta (*otiosa fides*). Também alegava que o amor, sem a inteligência, não tende para dentro do objeto do conhecimento. O “creio para entender” ilumina o caminho trilhado por Agostinho para a compreensão do livre-arbítrio.

O presente trabalho busca compreender acerca do pensamento agostiniano sobre o livre-arbítrio, o mal, a alma, o pecado, a graça e, sobretudo, as suas contribuições para a filosofia além do entendimento desses conceitos no mundo contemporâneo sob o olhar de Agostinho.

Este artigo está dividido em quatro seções. A primeira diz respeito às características do pensamento de Agostinho, dentre elas o maniqueísmo e a relação de Agostinho perante essa doutrina. Além disso, esta seção aborda o tema do livre-arbítrio e a sua ligação com a alma, também são apresentados trechos da Sagrada Escritura que servem como base e validação para

o pensamento agostiniano. Na segunda seção, o foco é o mal e sua tripartição: físico, moral e metafísico (ontológico). Na terceira seção, levanta-se a seguinte questão que foi fundamental para a elaboração deste trabalho: quais as contribuições para o entendimento do mal no mundo contemporâneo à luz do pensamento de Agostinho? Por fim, a quarta seção equivale às considerações finais, que retoma as principais ideias trabalhadas no artigo.

Com base no cenário, roga-se para que a luz e a sapiência de Santo Agostinho sejam projetadas em nossa mente para imprimir nossos caminhos e, assim, espera-se que este singelo trabalho sirva para uma busca permanente do bem e do bom exercício da vontade livre de modo que alcancemos a verdadeira felicidade.

## **1. CARACTERÍSTICAS DO PENSAMENTO DE AGOSTINHO**

A reflexão de Agostinho consiste numa ligação entre Filosofia e Teologia, uma vez que procura relacionar vários aspectos da Sagrada Escritura, dentre eles a temática do livre-arbítrio. Com isso, examinam-se a corrente do maniqueísmo e o posicionamento de Agostinho frente a ela, assim como a ligação entre a alma e o livre-arbítrio.

### **1.1 Maniqueísmo**

O maniqueísmo foi uma doutrina fundada por Mani, nascido na Babilônia em 216. Mani recebeu influências de várias religiões, sendo as mais importantes: o Budismo, o Cristianismo e o Zoroastrismo (em algumas traduções, ao invés de ser chamado de Mani, é conhecido como Manés). O fundador do maniqueísmo se intitulava como alguém que recebeu uma revelação do alto sobre uma verdade última, que encerraria toda a série de revelações da humanidade. Segundo Mani, todos aqueles que o antecederam, como Jesus e Buda, por exemplo, foram preparadores de sua vinda, pois ele se considerava o Paráclito, aquele prometido por Jesus. Mani nasceu e foi criado por seus pais no seio de uma comunidade batista, local que pôde favorecer a interpretação dos ocorridos em sua vida a partir de aspectos religiosos. A respeito das características notáveis deste grupo, cabe destacar que:

Os maniqueus eram uma pequena seita de reputação sinistra. Eram ilegais e, mais tarde, seriam selvagememente perseguidos. Tinham a aura de uma sociedade secreta: nas cidades estrangeiras, só se hospedavam na casa de membros de sua própria seita; seus líderes viajavam por uma rede de “células”

espalhadas por todo o mundo romano. Os pagãos viam-nos com horror, os cristãos ortodoxos, com temor e ódio. (Costa, 2003, p.57).

O maniqueísmo possuía uma metafísica materialista e dualista, baseada em dois princípios: o princípio da Luz, também chamado de Deus, ou Pai da Grandeza, que habitava em um lugar; e o princípio das Trevas (princípio tenebroso), também chamado de Demônio, que habitava em outro lugar. Ambos eram incriados, existiam desde sempre e não conviviam juntos. É justamente no contraste entre esses princípios que se fundamenta a doutrina maniqueia.

Tanto o princípio da Luz quanto o da Treva possuíam cinco elementos. A luz era composta pelos seguintes elementos: ar, luz, água, intenção e razão, que significavam o intelecto, o pensamento, o discernimento, o vento e o fogo. A Treva era composta pelos elementos: fumaça, fogo, vento, água e treva, entretanto, cabe destacar que esses elementos possuíam movimentos desordenados. Gilson (1998, p. 143) salienta que: “alguns maniqueístas [...] nos gabavam de ensinar uma explicação puramente racional do mundo, [...] de conduzir seus discípulos à fé unicamente por meio da razão”, portanto, o maniqueísmo era, acima de tudo, um grupo gnóstico.

Para os adeptos desta doutrina, tudo é corpóreo, dessa forma, desconhecem ou rejeitam a doutrina platônica dos incorpóreos. Também acreditavam que os princípios Luz e Treva são totalmente opostos e não se correlacionam, o princípio bom é chamado Deus e o princípio mal é chamado de Demônio.

[...] como princípios a Deus e à Matéria, sendo Deus bom e a matéria má, porém excedendo com muito o bem de Deus ao mal da matéria. A Matéria que se fala não é a de Platão – que se converte em todas as coisas quando recebe qualidade e figura (pelo que Platão a denomina, e (<<criadora>>) – nem a de Aristóteles – a saber, o elemento em relação ao qual sucedem a forma e a privação -, senão outra coisa diferente a estas. Pois ao movimento desordenado que há em cada um dos seres é o que Mani chama Matéria. Cabe Deus se dispõem outras potências em qualidade de auxiliares, todas boas, e do mesmo modo outras cabem à Matéria, todas más. O esplendor, a luz e o superior, tudo isso está com Deus; a confusão, a treva e o inferior, com a Matéria. (Rubio e Torrents, 2008, p. 379-380, tradução nossa).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Ipsis litteris: [...] como principios a Dios y a la Materia, siendo Dios bueno y la Materia mala, pero excediendo con mucho el bin de Dios al mal de la Materia. La Materia de la que habla no es la de Platón –que se convierte en todas las cosas cuando recibe cualidad y figura (por lo que Platón la denomina) – ni la de Aristóteles –a saber, el elemento en relación al cual acaecen la forma y la privación -, sino otra cosa diferente a éstas. Pues al movimiento desordenado que hay en cada uno de los seres es a lo que Mani llama Materia. Cabe Dios se disponen otras potencias en calidad de auxiliares, todas buenas, y del mismo modo otras cabe la Materia, todas malas. El esplendor, la luz y lo superior, todo esto está con Dios; la confusión, la tiniebla y lo inferior, con la Materia.

Para os maniqueus, a matéria é má por si mesma, seja qual for a vontade do indivíduo, o oposto da convicção cristã, baseada nas ideias de Santo Agostinho, que defende a proposição de que toda natureza considerada em si mesma é sempre boa, pois procede de Deus, que é o Sumo Bem. Os maniqueus admitiam que, em algum momento indeterminado, aconteceu um encontro entre Luz e Treva, o que se deveu unicamente a alguma forma de movimento, proveniente da Treva, e não da Luz. O movimento entre Treva e Luz teria sido por mero acaso, outros pensam que aconteceu por um ato voluntário da Treva, conforme destaca Rubio (2008, p.94-95)

A luz ocupa o norte, o leste e o oeste, enquanto, que a Treva fica apenas no sul. O próprio movimento cego e desordenado que constitui o principal atributo da matéria faz com que esta acabe se esbarrando antes ou depois com os limites do Reino da Luz. Porém esse encontro tem um caráter gratuito, pois se produz em virtude de uma espécie de transbordamento, que faz que a Treva se choque contra a Luz. Esta é a explicação contida nas informações de Severo de Antioquia: o movimento desordenado e as lutas de confronto dos habitantes do reino do sul os empurraram. Isso significa que em um primeiro momento o acesso da Treva à visão da Luz ocorre de forma espontânea e não premeditada [...].

No cristianismo, é comum o uso do termo geração (origem, início). O maniqueísmo, por sua vez, rejeita este termo e utiliza emanção ou emissão, palavras geralmente usadas pelos gnósticos. A primeira série de emissões, como nos apresenta Bataglion (2018, p. 27) “ocorre quando Deus chama as sucessivas entidades que atuam na salvação em defesa da luz”.

Em um determinado momento, a Mãe da Vida convoca o Homem Primordial, que evoca cinco filhos, sendo dos mesmos elementos que compõem a essência do princípio luminoso. Quando em batalha contra o reino da Treva, o Homem Primordial tem seus filhos devorados e, então, perde a sua consciência. Portanto, o Homem Primordial, roga ao Pai da Grandeza, que, por sua vez, realiza novamente uma evocação no processo soteriológico.

Uma vez que volta a si depois de sua confrontação com a Treva, o Homem Primordial se dirige implorante ao Pai da Grandeza. Este evoca com uma segunda chamada o Amado das Luzes; o Amado das Luzes evoca o Grande Arquiteto; o Grande Arquiteto evoca o Espírito Vivente; e finalmente, o Espírito Vivente evoca os seus cinco filhos ou deuses luminosos; o Ornamento do Esplendor, a partir do seu Intelecto; o Grande Rei de Honra, a partir de seu Pensamento; Amante da Luz, a partir de seu Discernimento; Rei da Glória, a

partir de sua Intenção; o Omóforo ou Portador, a partir de seu Raciocínio. (Rubio, 2008. p. 109, tradução nossa).<sup>2</sup>

Para os maniqueus, ao contrário de correntes gnósticas, como a de Valentino (teólogo gnóstico do período primitivo do cristianismo, cuja essência do pensamento era que a salvação está no autoconhecimento – gnose), há vestígios visíveis da divindade no universo, o que certamente daria credibilidade para o maniqueísmo. Eles ainda entendiam que a cada nova geração a Luz continuará presa na Matéria, através da concupiscência, de modo que a cada tentativa dos homens se reproduzirem, ocorrerá a sua multiplicação, e assim, a salvação ficará cada vez mais difícil. Por isso, entendiam que a gnose era o caminho de salvação.

Conforme a doutrina maniqueia, Jesus foi apenas um dos antecessores de Mani (o último profeta), além de Zoroastro e Buda. Os maniqueus acreditavam que Jesus veio ao mundo só aparentemente e seu corpo era “uma forma aparente da qual o Intelecto divino se revestiu”. (Rubio, 2008, p. 136). Ainda, segundo o que eles pregavam, a crucifixão de Jesus, seria, nada mais do que o “ensinamento de que a potência divina, está crucificada à matéria e precisa se libertar dela”. (Bataglion, 2008, p. 46).

Em suma, o maniqueísmo teve forte influência tanto no Oriente como no Ocidente, e ele na verdade, incorporou alguns elementos da tradição hebraica, cristã, zoroastriana e budista. Tanto é verdade que alguns estudiosos não se referem ao maniqueísmo como religião, mas como um sincretismo religioso.

Em pleno domínio do sincretismo religioso, adoravam a deusa Celeste, ou a antiga Astarté, e ao sair dos sacrifícios pagãos iam à igreja e se aproximavam da Sagrada Mesa. Em geral votava o povo uma aversão extrema aos Sacerdotes, por santos que fossem. Em todas as cidades da África e particularmente em Cartago, quando se via alguém vestido de hábito monacal, prorrompia a população em injúrias e maldições. Se um monge do Egito ou de Jerusalém vinha a Cartago, para alguma obra de piedade, logo que aparecia em público estouravam as chacotas, as vaias, cobriam-no de doestos. (Rohrbacher, 2011, p. 447).

---

<sup>2</sup> Ipsis litteris: Al recuperar el sentido después de su confrontación con Treva, Prime Man se vuelve hacia el Padre de la Grandeza para suplicarle. Esto evoca con una segunda Callamada o Amada de las Luces; el Amado de las Luces evoca al Gran Arquitecto; el Gran Arquitecto evoca al Espíritu Viviente; y finalmente, el Espíritu Viviente evoca a sus cinco hijos o dioses luminosos; o Ornamento de Esplendor, de su Intelecto; o Gran Rey de Honor, de su Pensamiento; Amante de la Luz, de su Discernimiento; Rey de Gloria, de tu Intención; el Omóforo o Portador, de su Razonamiento.

## **1.2 Agostinho e o Maniqueísmo**

Agostinho participou ativamente da doutrina maniqueia por anos, o que fez ele se contrapor ao pensamento maniqueu, foi que este defendia a existência de duas naturezas (ou dois princípios), denominados Luz e Trevas, e para Agostinho, esta interpretação não fazia mais sentido, pois trazia consigo outro pensamento, ou seja, de que o mal não foi criação divina senão a corrupção do Bem. E foi a partir deste pensamento que Agostinho foi se desligando dessa doutrina.

Os maniqueus tinham uma visão do mundo segundo a sequência da utilidade das coisas, o que significa que, para eles, só tinha uma natureza boa àquilo que lhes servia, todavia, aquilo que lhes prejudicava era considerado de natureza má. Agostinho rebate essa visão utilitarista do mundo e nos dá a distinção de três ordens diferentes: a da natureza, a da utilidade e a da justiça. Ele afirma o contrário do que pensavam os maniqueus a respeito do mal, segundo o filósofo, o mal não é uma necessidade como afirmavam os adeptos do maniqueísmo, mas uma possibilidade, uma escolha, uma decisão do homem aderir ou não, cometer ou não cometer o mal. Agostinho, portanto, define que é a partir do mal uso da liberdade que o mal pode ocorrer, contrapondo-se a afirmação maniqueia de que uma substância é má em si mesma.

Agostinho se categoriza de argumentos que vão de encontro a essas afirmações, na tentativa de aferir o que, para ele, são os seus erros e, assim, aponta Silva Oliveira, “é possível vislumbrar certo ressentimento do pensador com o grupo” (Silva, 2008. p.37), se referindo ao ímpeto de Agostinho para refutar a posição da base do pensamento maniqueísta.

[...] Com efeito, a questão do mal permeia todo o misticismo maniqueu, tanto é que o maniqueísmo acaba por apresentar uma cosmologia soteriológica, de modo que o homem carece de salvação do mal que se encontra presente em toda a matéria, inclusive na sua própria. (Silva, 2008. p.40).

[...] O mal presente na matéria é um princípio que se encontra em constante oposição ao imaterial (ou seja, com o bem). (Silva, 2008. p.41).

[...] Em decorrência da cosmologia maniqueísta, o mal era compreendido como uma realidade e menos não era possível dela abster-se, pelo menos até a completa separação entre o reino das trevas e o reino da luz a acontecer no porvir. (Silva, 2008. p.45).

[...] Há de se observar que, na medida em que o homem se encontra em condição de passividade, diante da ordenação do universo, há uma forte ideia de determinismo. (Silva, 2008. p.45).

Suscitou em Agostinho questionamentos acerca do que ensinavam os maniqueus, Agostinho percebe que eles não conseguiam mais responder às suas objeções. Foi no encontro

com Fausto, um famoso maniqueu, que contribuiu para o seu rompimento com essa doutrina. Ainda, o que mais afligia (atormentava) Agostinho era a questão do mal. O rompimento com o maniqueísmo se deve também aos sermões (e depois amizade) com o bispo Ambrósio de Milão, o qual se deve a influência decisiva para convertê-lo ao Cristianismo. Em 387, Agostinho e Adeodato (seu filho) são batizados. No ano seguinte, retorna definitivamente para Tagaste, onde se dedica à vida monástica, vende a propriedade deixada pelo pai e distribui o dinheiro entre os pobres. Agostinho também tentou encontrar respostas às suas objeções na filosofia cética, mas esta não o agradou.

Embora já houvesse abandonado o maniqueísmo – ao qual, aliás, nunca aderira com plena convicção –, Agostinho não esperara ainda o materialismo filosófico próprio desta seita. Estava às portas da Igreja, mas a ignorância da verdadeira natureza do espírito vedava-lhe o ingresso. Pela mesma razão encontrava dificuldades insuperáveis perante o problema do mal. (Boehner; Gilson, 2012, p. 145).

Foi no encontro com Ambrósio que Agostinho passou a ter contato com o neoplatonismo e é a partir das leituras e do estudo das obras platônicas que ele muda a sua mentalidade em relação ao cosmos e a Deus, o Sumo Bem. Foi no neoplatonismo que Agostinho encontrou o que procurava. Convenceu-se, de súbito, da existência de uma realidade suprassensível, isto é: de um mundo espiritual, e, acima deste, de um Deus, Verdade segura e Luz imutável.

Sobre a percepção platônica de Agostinho, Joel Gracioso destaca que:

Agostinho em *confessiones* VII 9, 13-15 apresenta aspectos positivos encontrado por ele nos livros dos platônicos. A partir de uma comparação com o prólogo do evangelho de São João ele explicita o que encontrou de semelhante à doutrina cristã nos textos platônicos e o que sentiu falta. Por um lado, o bispo de Hipona salienta a partir de uma comparação com o texto joanino, que encontrou com outras palavras, na tradição platônica, a preexistência do verbo, sua divindade, sua presença na criação. A compreensão dele como a luz que ilumina a todos que vem a este mundo. Sua eternidade, imutabilidade, transcendência e divindade. A ideia de que somente as almas participam do verbo divino, a sabedoria em si, são de fato felizes e sábias. Enfim, Agostinho admite como encontrou nesses livros uma doutrina do logos que tinha muito em comum com o exposto nas escrituras sagradas cristãs. Mas, por outro lado, evidencia como não encontrou nessa tradição o reconhecimento da encarnação do verbo e sua humanidade. Nem o fato dele ter sido rejeitado e, ao mesmo tempo, ter dado àqueles que o receberem o poder de se tornarem filhos de Deus por intermédio da fé nele. Por fim, a ausência de sua humilhação, obediência, morte na cruz pela salvação do mundo, ressurreição e exaltação. Ora, apesar dessas ausências, Santo Agostinho, usou a metáfora do ouro do Egito, defende a ideia de se alimentar de todo alimento bom e verdadeiro presente na tradição platônica, ou de todo o “ouro”. Ou seja, da mesma maneira que o Egito, terra da escravidão, tinha tesouros preciosos e ao mesmo tempo vivia a idolatria, e o povo eleito não

teve pudor de levar consigo determinados tesouros. Da mesma forma o bispo de Hipona não vê nenhum inconveniente pegar todos os elementos verdadeiros presente nos livros dos platônicos, pois todo “ouro” vem de Deus, independente de onde esteja. (Gracioso,1998, p.36-37).

E mais, em sua obra “Cidade de Deus”, Agostinho revela acerca do conhecimento gerado no horizonte do raciocínio platônico, onde diz:

Devido a esta imutabilidade e a esta simplicidade, os platônicos compreenderam que Deus fez todos os seres e por nenhum pôde ser feito. Realmente observaram que tudo o que existe é corpo ou vida, que a vida é coisa superior ao corpo, que a forma do corpo é sensível e a da vida é inteligível. Puseram, portanto, a forma inteligível acima da forma sensível. Ora nós chamamos sensível ao que pode ser percebido pela vista e pelo tacto do corpo; inteligível ao que pode ser captado pelo olhar do espírito. (Agostinho,1996, p. 718).

Agostinho encontra em Deus as respostas para as suas indagações. Ele conclui que Deus criou as formas, os seres livremente, por sua vontade e não por uma mera necessidade, como Platão definira o Demiurgo (artesão divino ou princípio organizador do universo). Outra característica que difere Agostinho de Platão é o fato de que para o Santo, as ideias não têm vida separada, mas existem eternamente na mente divina, enquanto que para Platão viviam uma vida separada, portanto, conclui que antes da criação havia somente o próprio Deus, ou seja, uma substância preexistente ao cosmos. Quanto mais Agostinho se aproxima de Deus, da Sagrada Escritura, dos ensinamentos do bispo Ambrósio, mas ele deixa para longe o maniqueísmo. Agostinho se aproxima da Verdade.

### **1.3 Sobre o Livre-Arbítrio**

Em *De Libero Arbitrio* (Sobre o Livre-Arbítrio), é discutido por meio de um diálogo entre Agostinho e Evódio, se os atos da vontade são ou não livres. Agostinho nos convida a identificar o livre-arbítrio com a liberdade racional, como origem dos atos livres.

O livre-arbítrio da vontade é um problema entre outras razões porque parece entrar em choque com a onisciência divina. Para muitos, o problema consistia basicamente num dilema, obrigando a que se escolhesse um dos termos, sacrificando o outro: ou o homem é livre, ou Deus tem conhecimento de todos os eventos, passados, presentes e futuros. Mas Agostinho se recusa a escolher entre um e outro, afirmando os dois. Mais precisamente, declara a situação a partir da qual recusa o dilema, uma vez que ambos os termos, liberdade do

homem e presciência divina, são afirmados pelas Escrituras (Novaes Filho, 2009, p.97).

O conceito de vontade está intimamente ligado ao de livre-arbítrio (por isso em algumas partes do texto, Agostinho a retrata como vontade livre), todavia, existe uma diferença entre os dois: é que a vontade é um ato ou ação, enquanto que o livre-arbítrio é uma faculdade. Assim, não se deve confundir livre-arbítrio com liberdade. O livre-arbítrio é um dom concedido ao homem por Deus, que nos dá a possibilidade de escolher entre o bem e o mal. Liberdade é o bom uso do livre-arbítrio.

No livro “O livre-arbítrio”, a primeira questão apresentada é se o ato mau vem do livre-arbítrio. O santo dialoga com seu conterrâneo convertido ao Cristianismo que, após conhecer Agostinho, nunca mais o deixou, dedicando sua vida a ele, ao propósito de seguir com ele um idêntico ideal de vida. Agostinho conclui que as coisas más não podem ser aprendidas, pois a instrução, que é bem, não seria um bem se essas coisas pudessem ser aprendidas, então, “praticar o mal não é senão afastar-se da instrução” (Agostinho, 1990, p.22).

E o que seria, afinal, o bem? Poderia o livre-arbítrio ser um tipo de bem? O livre-arbítrio é sempre um bem. Isto nos mostra que não nascemos pré-programados, ou melhor, não nascemos para andar numa fileira de pessoas, organizadas uma seguidamente da outra. Deus nos concedeu, por amor, a vontade livre, é a capacidade que Ele dá ao homem de escolha e responsabilidade por seus atos. Em relação à classificação dos bens, elaborada por Agostinho, o livre-arbítrio é um bem mediano. Eis a classificação: “As virtudes, pelas quais se vive honestamente, são grandes bens; as perfeições de quaisquer corpos, sem as quais se pode viver honestamente, são bens ínfimos; por sua vez, as potencialidades do espírito, sem as quais não se pode viver honestamente, são bens médios” (Agostinho, 1990, p.154).

O livre-arbítrio (ou a livre vontade) é categorizado como um bem médio. O que isso significa? Significa que ela pode ser usada de duas formas: tanto para praticar o bem, quanto para rejeitá-lo, ou seja, para praticar o mal.

A verdadeira felicidade (a verdadeira liberdade) em Agostinho está em aceitar a graça de Deus. Em suma, a liberdade em Santo Agostinho, está em escolher (optar) por fazer o bem, ou seja, fazendo bom uso da vontade se chega à verdade que é Deus, só assim o homem será verdadeiramente livre. São Paulo exorta aos Gálatas: “Irmãos, vocês foram chamados para a liberdade. Mas não usem a liberdade para dar ocasião à vontade da carne; pelo contrário, sirvam uns aos outros mediante o amor” (Gl, 5,13).

É por meio do bom uso do livre-arbítrio (da liberdade) que, segundo Agostinho, alcançaremos a beatitude perfeita, que não pertence a este mundo: “Pois uma vez que só poderemos afirmar que temos vida feliz mediante o conhecimento perfeito do Espírito Santo, aquele que nos conduz à Verdade, que é Deus. Sendo assim, a Beatitude perfeita não é deste mundo.” (Agostinho, 1998, p.156-157). O argumento usado por Santo Agostinho, por meio de Evódio para provar que o livre-arbítrio é um dom de Deus, ou seja, um bem para nosso uso é:

Tudo o que é bom procede de Deus. E tudo o que é justo é bom. Ora, existe algo mais justo do que o castigo advir aos pecadores, e a recompensa aos que procedem bem? Donde a conclusão: é Deus que atribui o infortúnio aos pecadores e a felicidade aos que praticam o bem. (Agostinho, 2005, p.77).

Evódio aceita a visão e o pensamento de Agostinho, todavia, ainda resta duas dúvidas consigo, a primeira é sobre a presciência divina dos nossos pecados, e a outra, sobre o livre arbítrio ao pecar. Agostinho responde com muita sabedoria:

Compreende assim desde agora com que justiça Deus castiga os pecados, pois sabendo que se vão cometer, não é Ele que os faz. Efetivamente, se Deus não deve aplicar castigo aos que pecam, pelo fato de prever infalivelmente que vão pecar, também não deve atribuir prêmio aos que procedem bem, pois igualmente prevê que vão proceder bem. Reconheçamos, bem ao contrário, não só desconhecer nenhuma das coisas futuras, mas também que pertence à justiça que o pecado, visto ser cometido por (própria) vontade, não fique impune pelo seu julgamento, do mesmo modo que não é forçoso cometê-lo pela sua presciência. (Agostinho, 1990, p. 180).

Portanto, existir é sempre um bem. Agora, o diálogo entra na questão da alma e Agostinho inicia dizendo que “Deus as criou de tal maneira, que ainda manchadas pelos pecados, não são de modo nenhum superadas pela excelência da luz material, em razão da qual, entretanto, Ele é justamente louvado” (Agostinho, 1990, p. 180).

#### **1.4 A Alma e o Livre-Arbítrio**

Segundo Agostinho, qual seria, de fato, a definição de alma? “Uma substância racional feita para reger o corpo” (Gilson, 2010, p. 97). A alma funciona como um intermédio entre a natureza das ideias e o corpo, “assim, pela alma e somente por ela, o corpo poderia ser vivificado” (Gilson, 2010, p. 107). Resumidamente, Agostinho quer dizer que existe a presença da alma no corpo e também a natureza geral da atividade exercida nele. A alma não seria Deus (*Non est pars Dei anima*) e também não é parte de Deus. Ele complementa que o ser humano é

constituído de alma e corpo. “Do mesmo modo que a imagem ou representação do seu corpo não pode ser o mesmo que esse corpo, da mesma forma não é motivo de espanto que a alma não tenha poder de efetuar o mesmo que o Criador, a cuja imagem foi criada.” (Agostinho, 2013, p.23). As almas pecam. Explica Agostinho:

Estas se quiserem pecam, e se pecarem tornam-se infortunadas, com efeito, se suprimidos os seus pecados, o infortúnio permanecesse, ou também se este precedesse os pecados, com razão se diria que a ordem e o governo do Universo se deformavam. Por outra parte, se cometem pecados e não existe o infortúnio, a ordem é igualmente desvirtuada pela desequidade. (Agostinho, 1990, p.200-201).

Portanto, sucintamente, acerca da alma: ela possui a capacidade para o bem supremo; foi criada por Deus; é capaz de aperfeiçoar-se; foi criada por Deus para guiar o nosso corpo para o caminho do bem e da santidade. Por outro lado, o corpo é considerado impuro e pecador. A alma “é levada a ser venturosa não pelas suas próprias forças, mas pela misericórdia d’Aquele cuja bondade tem a existência” (Agostinho, 1990, p.200-201).

Para Agostinho, a alma é vista como um ser superior, conforme destacado na obra de Gilson:

Qualquer alma é melhor que qualquer ser corporal, e nenhuma alma pecadora, para onde quer que tenha caído, por mudança alguma se transforma em corpo, nem de modo algum se lhe tira o ser alma, e assim, por caso nenhum perde a prerrogativa de ser melhor que o corpo (Gilson, 2010, p.186).

É a alma que rege todos os impulsos no corpo do ser humano. Devido à potencialidade própria da alma, a decisão, a ação maior ou menor depende do condicionamento de virtude do homem e da sua alma. Utilizando da razão, da memória e do intelecto, o homem conhece a verdade incorruptível. Dessa forma, é preciso que a alma se afaste das sensações e se habilite no emprego das suas potencialidades máximas no controle (direcionamento) das ações e vontades (“apetites”) do corpo. É justamente isto que implica que o livre-arbítrio seja sempre utilizado pela bondade e nunca pelo erro do pecado e do distanciamento da Verdade Eterna.

### **1.5 Livre-arbítrio, liberdade e graça segundo Agostinho e em relação com a Sagrada Escritura**

A vontade humana, quando sujeita à graça, alcança sua liberdade. Gilson (2010) enfatiza que:

Ela conserva a princípio seu livre arbítrio, pois, mesmo ao admitir que a graça dá tudo ao livre arbítrio, ainda é necessário que ela esteja presente para receber. Deus vem em ajuda do homem que age, não para dispensá-lo de agir, mas para permiti-lo; assim, é necessário que, mesmo sob a pressão vitoriosa da graça, o livre arbítrio esteja sempre presente (Gilson, 2010, p. 305).

Diante do exposto, seria possível questionar, ainda, se a graça produz algum efeito sobre a liberdade, e é justamente essa a questão apresentada por Gilson (2010, p. 306) ao discorrer sobre a busca de Deus pela vontade: “[...] ela substitui na liberdade deleitação do mal pela do bem. Ao contrário, a lei, irrealizável pela vontade do homem decaído, torna-se, ao contrário, objeto de amor e de deleite para o homem em estado de graça [...]”. A verdadeira liberdade deve ser entendida não como o poder de escolher entre o bem e o mal, entre o pecar ou não pecar, porque se assim fosse, Deus não seria livre, pois não pode querer o mal. O poder de escolher o mal ou o poder de pecar não é liberdade, mas escravidão, servidão do pecado.

De maneira geral, para Santo Agostinho, a liberdade, é fruto da Graça e da ação humana. É compreendendo a respeito da graça que o entendimento sobre o livre-arbítrio se fortalece cada vez mais. Santo Agostinho não se limita a desenvolver uma reflexão somente sobre o livre-arbítrio e a Liberdade, mas também sobre a Graça, tanto que é conhecido como o Doutor da Graça.<sup>3</sup>

Segundo Trapè<sup>4</sup>, Agostinho parte do seguinte princípio: “O livre-arbítrio não vem eliminado porque vem ajudado, mas vem ajudado porque não vem eliminado”.<sup>5</sup>Evidentemente que a necessidade da Graça não é contrária à Liberdade. Portanto, a Graça é necessária para amparar o homem na superação dos problemas que impendem sua vontade de fugir do mal e cumprir o bem. Esses obstáculos são as duas principais consequências do pecado original. Segundo Agostinho, a ignorância e a dificuldade, que escravizam o homem e a sua vontade<sup>6</sup>, impedem-no de fugir do mal e abraçar o bem.

É interessante também destacar esses temas (livre-arbítrio, liberdade e graça) em relação à Sagrada Escritura. No evangelho de São João lemos o seguinte: “Disse, então, Jesus aos judeus que nele haviam crido: Se permanecerdes na minha palavra, sereis verdadeiramente

---

<sup>3</sup> Trapè diz que deveria também ser conhecido como Doutor da Liberdade (TRAPÈ, A. «Lettera Apostolica “Agostino D’Ippona”», in PBA 0, Roma 1988, 41).

<sup>4</sup> Trapè, A. «Lettera Apostolica “Agostino D’Ippona”», 42.

<sup>5</sup> Ibid >> 43.

<sup>6</sup> Conf. VIII, 5, 10; 9, 21; De pecc. mer. 2, 17, 26 (TRAPÈ, A. «Lettera Apostolica “Agostino D’Ippona”», 43). A Libertas «aperfeiçoa» o homem (De lib. arb. I, 6, 15) e lhe permite chegar à possessão da Sabedoria (De lib. arb. I, 9, 19). O homem pode, ajudado por Deus, desenvolver suas capacidades e dons, superando assim a dificuldade e a ignorância. Deste modo, Deus é a causa e o bem daqueles que o amam (De lib. arb. III, 20, 56) (WEISMANN, F.-J. «La problemática de la libertad en San Agustín», 323).

meus discípulos e conhecereis a verdade, a verdade vos libertará.” (Jo 8,31-32). Desta perícopes, destacamos dois conceitos: o de verdade e o de liberdade. É a verdade que nos libertará, ou seja, o caminho para alcançar a liberdade é justamente crer na Verdade (Deus) e optar em fazer o bem (o bom uso do livre-arbítrio). Não existe liberdade sem verdade, pois a liberdade é o bom uso da vontade livre, a qual é a possibilidade de escolher entre o bem e o mal.

O mesmo evangelista escreve: “Se, pois, o Filho vos libertar, sereis, realmente, livres.” (Jo 8,36). Deus nos concede o dom de escolhermos em fazer o bem, mas muitas vezes, optamos pelo mal, nos ausentamos do amor divino e, assim, nos condenamos. Ser livre exige que façamos o bem, ou seja, que optemos pelo bem e desprezemos o mal, usemos de forma boa este dom que Deus nos deu.

Existem indivíduos que falam em liberdade, inclusive invocam até mesmo o nome de Deus, vivem como se fossem pessoas boas, cheias de confiança e poder. Entretanto, na realidade, usam da liberdade como um disfarce, uma cobertura para o mal, tratam com irreverência o conceito de liberdade: “Comportai-vos como homens livres, não usando a liberdade como cobertura para o mal, mas como servos de Deus.” (1 Pd 2,16).

Se alguns disfarçam a verdadeira liberdade, onde podemos encontrá-la? Paulo escreve: “Pois o Senhor é o Espírito, e, onde se acha o Espírito do Senhor, aí está a liberdade.” (2 Cor 3, 17).

É necessário que nos coloquemos sob o Espírito do Senhor se quisermos realmente ser livres. Sob o Espírito de Deus, trilhando seus caminhos e libertos de toda culpa, chegaremos a nossa santificação e alcançaremos a vida eterna, como nos ensina a carta de Paulo aos Romanos: “Mas agora, libertos do pecado e postos a serviço de Deus, tendes vosso fruto para a santificação e, como desfecho, a vida eterna.” (Rm 6,22).

Deus é o Deus da esperança, da liberdade, da incorruptibilidade, Ele nos libertou da escravidão da corrupção, como está contido na carta aos Romanos: “De fato, a criação foi submetida à vaidade – não por seu querer, mas por vontade daquele que a submeteu – na esperança de ela também ser libertada da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus.” (Rm 8, 20-21).

É somente por Deus que se pode obter a justificação, que é o elemento fundamental do conhecimento. Todavia, para que ela seja alcançada, é necessário a remissão dos pecados, o que significa não estar ausente de Deus, como consta nos Atos dos Apóstolos: “Ficai sabendo, pois, irmãos: é por ele que vos é anunciada a remissão dos pecados. Com efeito, de todas as coisas das quais não pudestes obter a justificação pela lei de Moisés, por ele é justificado aquele que

crê.” (At 13, 38-39). A justificação parte da busca de Deus pela vontade e “é necessário que a justificação preceda a eleição.” (Gilson, 2006, p.293). Interessante destacar o que Gilson (2010, p. 297) escreve “Deus não obriga alguns homens a pecar porque ele justifica outros, e ele não justifica alguns a não ser em nome de uma inescrutável equidade cujas razões escapam ao nosso julgamento”.

Portanto, Santo Agostinho revela que a justificação é a “obra mais excelente do amor de Deus, com o seguinte argumento: “a justificação do ímpio é uma obra maior que a criação dos céus e da terra”, pois “os céus e a terra passarão, ao passo que a salvação e a justificação dos eleitos permanecerão para sempre.”<sup>7</sup>

Outros dois conceitos que são enfatizados são o de corruptibilidade e o de incorruptibilidade, que estão nitidamente bem explicados dentro do livro VII das Confissões. O pensamento agostiniano percorre um caminho lógico e objetivo: primeiramente, ele descobre uma verdade indubitável, ou seja, ser incorruptível é melhor que ser corruptível e, portanto, o supremo e perfeito bem é Deus, sendo assim, declara que o poder e a vontade de Deus são iguais a Ele próprio. A corrupção não é, de forma alguma, um bem. Declara o santo:

De modo algum pode a corrupção afetar o nosso Deus, seja por uma vontade, seja por qualquer necessidade ou seja por qualquer acontecimento imprevisto, porque ele é o próprio Deus, e tudo o que quer para si é bom, e ele próprio é o bem; porém estar sujeito à corrupção não é um bem. Tu não podes ser obrigado a alguma coisa contra a tua vontade, pois tua vontade não é maior que tu mesmo. (Agostinho, 2013, p.174).

A corrupção é um mal cujo significado “só pode ser a corrupção de uma das perfeições na natureza que as possui.” (Gilson, 2006, p.273). Na carta aos Romanos observamos que é a partir da libertação da escravidão que entraremos na glória de filhos de Deus. A incorruptibilidade significa algo inalterável, algo que não pode ser corrompido, como descreve a carta aos Coríntios: “Pois é necessário que aquilo que é corruptível se revista de incorruptibilidade, e aquilo que é mortal, se revista de imortalidade.” (1 Cor 15,53).

## **2 O MAL EM SANTO AGOSTINHO**

Logo no início da discussão no livro primeiro do Livre-arbítrio, Evódio interroga o amigo se Deus não é o autor do mal. Agostinho responde sobre qual tipo de mal, aquele que

---

<sup>7</sup> Cf. Sto. Agostinho, in. *Johanis Evangelium tractatus*, 72,3 apud CIC § 1994.

alguém praticou, ou aquele que alguém sofreu. Agostinho é claro ao dizer que “Deus não pratica o mal, Ele confere prêmios aos bons, assim inflige castigos aos maus, e tais castigos são evidentemente males para os que sofrem”. E qual seria a raiz do mal?

Agostinho descobre a raiz do mal: “a avareza, pois ela é sinônimo de cupidez e esta, por sua vez, é um desregramento da vontade” (Agostinho, 1990, p.229), ou seja, significa um mau uso do livre-arbítrio e, portanto, a vontade desregrada é a causa de todos os males. Para o filósofo, o mal não tem uma realidade metafísica, todo o mal não é mais do que a ausência do Bem, a ausência da obra divina. Para ser mais preciso, o mal não é algo que foi criado, não é algo físico, o mal é o “não ser”, não tem natureza positiva. O mal natural não poderia existir dentro de Deus, nem ser criado por Ele, ao contrário, pertence ao “não ser”, o mal natural seria uma privação (afastamento) do Bem e uma corrupção da natureza. Procurando minuciosamente desvendar o problema do mal, ele categoriza os tipos de males: o mal metafísico-ontológico, o mal moral e o mal físico.

O mal é superado pelo bem até o ponto em que é possível a existência do bem sem o mal, porém não é possível a existência do mal sem o bem. Também S. Tomás de Aquino, de certo modo e respeitando contexto e motivações, se expressa semelhantemente ao pensamento de Agostinho quando desenvolve, na *Sumae contra Gentiles*, uma reflexão sobre a Providência divina e o problema do mal.

Agostinho tem muito claro para si que Deus é o Sumo Bem e, portanto, não pode ser o autor do mal e, ainda, a sua inabalável confiança na Providência divina que governa a ordem do universo. O foco do pensamento agostiniano é compreender acerca do que seja proceder mal, de modo que ele desenvolve a tripartição do mal: metafísico, moral e físico.

## **2.1 O Mal Moral**

Segundo Agostinho, o mal consiste no rompimento da ordem natural conferida por Deus, ou seja, afastar-se do bem. E que subsiste uma ordem objetiva: as leis morais, como explicado por Philotheus: “Deve viver segundo a justiça; deve-se antepor às coisas superiores e inferiores; deve-se atribuir idêntico valor às coisas sempre que se encontrem num mesmo nível; deve-se dar a cada qual seu valor” (Philotheus; Étienne, 1991, p. 188).

O mal moral entrou no mundo por meio do pecado original. Este mal é atinente à ordem corporal e detém uma noção mais específica sobre a fé, o sofrimento, como consequência. O pecado, na visão agostiniana, está associado à ignorância, ao erro, ao castigo, à ausência de

Deus e à culpa herdada por todo o gênero humano depois de Adão e Eva sucumbirem à tentação do diabo e, devido ao seu orgulho e egoísmo, rejeitarem o amor e a obediência devida a Deus.

A única forma de salvação é a busca pela Igreja e, assim, de Deus, o único detentor da salvação das almas dos pecadores. É considerável salientar esta afirmação de Agostinho: “ninguém é superior às leis do Criador onipotente, não é permitido à alma deixar restituir aquilo de que é devedora.” (Agostinho, 1990, p. 224).

Portanto, o mal é fruto da vontade livre. Agora, surge outra interrogação: se o mal moral é o pecado, o que é o pecado? Explica-nos Costa que:

Primeiro; Agostinho parte do princípio de que, no universo criado e governado por Deus há graduação de valores ou de perfeições, tanto entre Deus – Sumo Bem – e o seres criados, como os seres criados uns em relação aos outros, que recebem seu grau de bondade por participação naquele – Deus; segundo, que, entre os seres criados, o homem ocupa um lugar privilegiado ou superior, por ser o único ser que possui razão ou inteligência, que o torna conhecedor da “ordem divina”, e por conta disso (terceiro), pode escolher livremente entre segui-lo, contribuindo, assim, para a reta ordem, ou desrespeitá-lo, gerando a desordem – pecado ou mal. O que significa dizer que o mal aparece como uma transgressão culposa ou pecaminosa da ordem divina por parte do homem (Costa, 2002, p. 282-283).

Para Agostinho são duas as fontes do pecado: o pensamento espontâneo e a persuasão de outrem. Isso confirma que o mal moral é voluntário. Agir com espontaneidade foi o que levou o primeiro casal a ser expulso do paraíso. Devido a tal ato, entrou no mundo o mal físico com a consequência da morte.

O mal moral que se traduz pela ação culposa do homem – o pecado [...]. A causa das coisas boas é a bondade divina, enquanto a causa do mal é a vontade criada, que escolhe livremente afastar-se do Bem imutável e infinito. O mal é, pois, um renunciar à essência ou ordem, é um tender ao não-ser ou desordem. É uma privação da reta ordem, por parte da vontade livre (Costa, 2002, p. 304-305).

## **2.2 O Mal Físico**

O mal sofrido (físico), segundo Santo Agostinho, é centrado no homem e é consequência do mal moral. Ele está presente e podemos demonstrá-lo no decorrer da história. Para Agostinho, o mal não passa de um acidente, uma ausência (deficiência) de bem que acontece na matéria. O mal físico apresenta-se como dor e sofrimento.

A causa do mal físico é o mau uso da liberdade e a adesão à vontade desregrada. Foi pelo pecado original que Adão ficou fisicamente com o corpo corrompido, e esta corrupção foi passada para seus descendentes, as demais gerações, até chegar a nós e, assim, sucessivamente. De acordo com Costa:

Com o pecado original temos no mundo seus prejudicados que são ativamente malevolentes, exercendo sua má vontade ao mundo, fazendo o negativo parecer positivo, o não-ser parecer ser, através de suas ações concretas. Portanto, devemos temer o mal, não como abstrato, mas como algo concreto, que destrói ou corrompe o próprio homem e o universo (Costa, 2002, p. 369).

O mal moral, pois, é a causa do mal físico: “Com efeito, as naturezas corrompidas pelo vício de má vontade são más, é certo, como viciosas, mas como natureza, são boas. Enquanto natureza viciosa é castigada, além da natureza, é bom também não ficar impune” (Agostinho, 1990, p. 64). Ainda, nas palavras do autor: “Se se busca a causa eficiente de semelhança má vontade não se encontra [...]. A má vontade é, por conseguinte, a causa eficiente de toda obra má, porém, nada é causa eficiente má vontade. Porque, se é algum ser, tem vontade ou não tem” (Agostinho, 1990, p. 67). Portanto, é o mal físico o responsável com que a vontade livre retorne para o Sumo Bem, que é Deus.

### 2.3 O Mal Metafísico (ou ontológico)

O mal ontológico é causado pelo mal uso da liberdade humana, que concorda a ordem para a desordem. Se “o mal não é uma substância”<sup>8</sup> mal enquanto ser não existe, não é. O mal não pode ser uma substância, pois todas as substâncias são boas, porque foram criadas por Deus e Deus não criou e não pode criar nada que seja mal.

O mal ontológico-metafísico é “um tirar fora, uma privação, uma tendência ao nada, antes que um *locus inanis* (um lugar vazio), uma bolsa de nada num mundo bom” (Evnas, 1995, p.61). Para Agostinho, mal é o não-ser, é nada, o mal é a privação do bem, é o não-bem. O mal não existe no cosmo, enquanto afirmação de ser.

Resumidamente, o mal metafísico-ontológico refere-se à contingência e a finitude humana, a imperfeição e a falta de harmonia no ambiente que temos a nossa vontade, desde o contexto histórico até o humano existencial. O mal físico é a privação de qualquer bem nos

---

<sup>8</sup> Cf. Conf. IV, 15,24.

seres que carecem de razão ou no homem, considerado independentemente de suas relações de ordem moral. O mal moral é um desvio ou falta de ordem, devido à vontade livre, e em sua ação correspondente a respeito das normas de ordem moral.

Portanto, Agostinho nos revela que o problema ou a origem do mal não está em Deus que, segundo ele, é o Sumo Bem, a Verdade Suprema. A principal pauta do problema do mal é o dilema de conciliar a bondade divina com a maldade do mundo.

### **3 AS CONTRIBUIÇÕES DE AGOSTINHO PARA O ENTENDIMENTO DO MAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Agostinho é um exemplo de alguém que estava imerso no mal, e depois descobriu a raiz, o motivo da existência e a razão do mal. Por muito tempo, ele andou pelo caminho pecaminoso e pagão, primeiramente sob a influência de seu pai, e depois, por se relacionar com os maniqueístas. O testemunho de Agostinho, de um homem pagão a um homem cristão, e posteriormente, Bispo da Igreja de Hipona, na África, revela que Deus sempre se mantém presente na história da humanidade e na história da Igreja.

Podemos dividir a filosofia de Agostinho em duas partes. Primeira parte: no início de seus estudos filosóficos em Madaura até o seguimento de Mani. Segunda parte: de quando ele, insatisfeito com as respostas que o maniqueísmo oferecia até seu primeiro contato com Ambrósio (e depois disto, até seu episcopado, o resto de sua vida). De um homem malcontente com as respostas filosóficas segundo as doutrinas da época, para um homem feliz e convertido, cristão, livre dos pensamentos errôneos e pecaminosos, ele demonstra não só reconhecimento da verdade, mudança de mentalidade, mas também, um itinerário de verdadeira conversão, ou seja, um caminho de santidade.

Diversas são as contribuições de Agostinho para o entendimento de mal hoje. Observando o contexto atual do mundo, destacaria o mal provocado pelas guerras, que estão presentes por diferentes motivos, como desentendimentos religiosos, interesses políticos e econômicos, disputas territoriais, rivalidades étnicas, entre outras razões.

Retomando os conceitos dos “males” segundo Agostinho, precisamos analisar as guerras sob o olhar do mal moral, que nós, seres humanos, existe em nossa natureza a possibilidade de cometer ações más (pecado) e o mal físico, proporcionado pelas guerras, como a dor, o sofrimento, a tragédia, doenças, ou seja, o mal físico é a pena que a raça humana recebeu por ter cometido o pecado, o mal moral, com vistas ao equilíbrio da ordem quebrada.

Afinal, o que pode provocar de mal uma guerra? Uma guerra pode devastar tudo que tiver pela frente além de matar, deixar pessoas sem família, expor pessoas inocentes em risco de morte e também poluir tudo, em todos os sentidos, principalmente o ambiente que ocorreu a guerra. A guerra traz ao mundo atos pecaminosos, ou seja, o abuso da vontade livre, a má escolha da vontade que nos afasta do Sumo Bem.

Enquanto Agostinho deseja uma liberdade que atinja a beatitude, os que estão guerreando são escravos de uma falsa liberdade, apenas para a promoção de sua vontade e interesses, que em si mesma é livre por natureza, mas neste caso, resulta como algo extremamente pecaminoso e abusador, que não condiz com o desejo de Deus (o projeto de Deus), que nos concedeu o dom do livre-arbítrio e com isso, a verdadeira liberdade. Analisando as notícias atuais, nos assustamos com as guerras presentes no mundo e o mal cada vez mais disseminado.

Continuamente somos chamados a não praticar o mal. Ensina o Catecismo da Igreja Católica: “Mediante a sua razão, o homem conhece a voz de Deus que o impele a fazer [...] o bem e a evitar o mal. Todos devem seguir esta lei, que ressoa na consciência e se cumpre no amor de Deus e do próximo. O exercício da vida moral atesta a dignidade da pessoa”. (CIgC, n. 1705).

Cada vez mais o homem se fecha à escuta da voz de Deus. Existem caminhos que nos conduzem para a prática do bem: as virtudes, a busca pela perfeição, a renúncia a aquilo que não nos convém, enfim, “a verdadeira liberdade é, no homem, o sinal privilegiado da imagem de Deus.” (CIgC, n. 1712). “A liberdade torna o homem responsável pelos seus atos, na medida em que são voluntários. O progresso na virtude, o conhecimento do bem e a ascese aumentam o domínio da vontade sobre os próprios atos”. (CIgC, n. 1734).

Nas guerras, o homem é incapaz de controlar seu impulso, de medir sua responsabilidade e admitir sua violência. De fato, neste contexto, o homem não age com justiça no exercício de sua liberdade, então, rebela-se contra a verdade divina. Segundo Agostinho, o homem precisa primeiramente ter fé, pois ela é o início da graça e, por meio da graça, começar crer em Deus e observar as virtudes, a partir da prática do bem e, assim, vai se tornando um ser responsável e liberto.

Agostinho é um grande exemplo de alguém que viveu na corrupção do pecado, praticou o mal físico (quanto sofrimento e dor não provocaram em sua mãe Mônica, antes de sua conversão!) e o mal moral, pois cometeu muitos pecados. Uma das frases de Agostinho marcante, que mostra sua mudança de vida (e mentalidade) é a seguinte: “Buscar o bem maior

é viver bem.” Ao contrário de provocarmos guerras, contribuímos para alguma coisa que tem como finalidade o mal para alguém, procuremos viver bem, através da retidão e responsabilidade, pois o criador nos criou para o bem e não para sermos escravos do mal, sem nos importarmos com a nossa liberdade, ela é um dom de Deus.

Agostinho é contra as guerras. Para ele, a paz deve ser mantida a todo custo assim como os direitos da cidade terrestre. Guerra é conceito bem específico para Agostinho, pois:

A guerra, na concepção agostiniana, é um mal menor como dissemos acima. Trata-la como guerra justa é uma forma de defender a Cristandade, porém, não deve ser deturpada de forma a se tornar um alibi para a legitimação de um conflito injusto. A guerra quando considerada justa fazia parte de uma das exceções as quais os cristãos podiam pegar em armas. A postura ideal era apenas a da retidão, da fé em Deus e da manutenção da paz da cidade terrena. (Santos, 2010, p.5).

Segue o pensamento agostiniano:

Alcançar a paz significa a manutenção da ordem. Novamente Santo Agostinho: guerra justa e paz andam sempre juntas. “Devemos desejar a paz e só fazer guerra por necessidade, pois não se busca a paz para preparar a guerra, mas se faz a guerra para obter a paz. Sede, portanto, pacífico, mesmo ao combater, a fim de levar, pela vitória, àqueles que combateis à felicidade da paz.” (Agostinho apud Demurger, 2007, p.43).

Portanto, Agostinho sugere a paz, ou seja, a tranquilidade da ordem. E ordem é a disposição dos seres segundo sua natureza e seu fim. O mundo moderno caiu na desordem. Um dos aspectos da desordem de nossos dias é a inexistência de verdadeira paz – há um lamaçal de paz-guerra e de guerra-paz.

Justamente neste contexto, podemos observar inúmeros exemplos de pessoas que lutaram para a promoção do bem e da paz. Destaco o testemunho e legado de vida de *Chiara Lubich* (1920-2008), leiga católica que viveu terrivelmente a realidade da guerra e precisamente identificou que a desordem do mundo moderno só trazia malefícios para todos, porém, suscita em seu coração o desejo de identificar qual deve ser a medida do amor recíproco: até doar a vida. Em uma de suas célebres frases, Chiara (1991, p.86) destaca que: “Deus Amor. Esta grande descoberta era uma bomba espiritual de tal dimensão que nos fez esquecer literalmente todas as bombas que caíam ao nosso redor devido à guerra.” É o que também destacou Agostinho, mesmo em tempos de guerra, temos que procurar viver bem, com retidão e responsabilidade.

O Santo Padre, Papa Francisco, numa de suas audiências gerais, mais especificamente no dia 196º da guerra entre Rússia e Ucrânia, com muito pesar, destacou: “Diante de todos os cenários de guerra do nosso tempo, peço a cada um para ser construtor da paz e para rezar a fim de que no mundo se espalhem pensamentos e projetos de harmonia e reconciliação. Hoje, estamos vivendo uma guerra mundial, paremos, por favor!” (Francisco, 2022, Audiência Geral).

Vivemos aprisionados dentro de um grito pela tranquilidade, pela ordem e pela conscientização de que todos vivam com responsabilidade e amor por escolha de sua vontade livre. Mediante o cenário apresentado, o bispo de Hipona (2012, p.14) nos aconselha, em uma de suas memoráveis frases: “Ninguém faz bem o que faz contra a vontade, mesmo que seja bom o que faz. Fizeste-nos, Senhor, para ti, e o nosso coração anda inquieto enquanto não descansar em ti”.

A exemplo de Agostinho, saibamos conciliar fé e razão, sobretudo no discernimento do bem e do mal (das coisas boas e das coisas ruins), pois segundo ele, fé e razão são complementares. A fé não substitui e nem elimina a razão ou a inteligência. A fé, pelo contrário, estimula e ilumina a razão para compreender as verdades que vem do Mestre Interior, por iluminação divina. A razão, por sua vez, fortalece a fé, uma vez que esta é superior àquela.

### **Considerações finais**

O presente trabalho buscou demonstrar, por meio da visão de Agostinho de Hipona, que Deus não é o autor do mal e que o livre-arbítrio é um bem, ou seja, um dom concedido por Deus ao homem, pois a verdadeira liberdade consiste, justamente, em aceitar a graça de Deus. Ficou claro que o poder de decisão (livre-arbítrio) difere de liberdade, pois esta se dá apenas quando a vontade se volta para o bem. É o livre-arbítrio que nos confere a opção (possibilidade) de aceitar ou rejeitar a vontade de Deus, todavia, só é livre quem realmente, agraciado por Deus, decide realizar a vontade divina.

Sobre a questão do mal, Agostinho analisou e categorizou a presença do mal em três níveis: mal moral, mal físico e mal metafísico (ontológico). Se, devido ao pecado de Adão, reinou no mundo a morte, agora, com Cristo, Novo Adão, reina a vitória e, assim, o triunfo sobre a morte.

O caminho trilhado pelo bispo de Hipona nos ilumina e encoraja a perseverar na busca constante pela Verdade Eterna, na vivência das virtudes e no estado de graça, porque para Santo

Agostinho, a graça é algo sobreposto à natureza decaída, na ajuda ao livre-arbítrio do homem, para que possa cumprir a lei e viver retamente.

No atual cenário em que vivemos, marcado, sobretudo, por imoralidades, levanta-se a seguinte questão: é possível o homem conciliar fê e razão para o discernimento do bem e do mal, à luz do pensamento de Agostinho? O grande problema consiste em lutar para a manutenção da paz, contudo, cabe a seguinte reflexão: estaria o homem disposto a aderir a postura da retidão, da responsabilidade e da fê?

Será possível encontrar a verdadeira felicidade sem considerar a vontade de Deus? O controle do livre-arbítrio implica no direcionamento das ações e nos “apetites” do corpo, poderia o homem romper com esta visão e desconsiderar a vontade de Deus, ou seja, ser feliz sem Deus? Para Santo Agostinho a graça (o estado de graça) é necessária para amparar o homem na superação dos problemas que impedem sua vontade de fugir do mal e cumprir o bem. Por qual razão, nos dias atuais este pensamento parece ultrapassado? Onde fica a vontade de Deus na realização da liberdade humana?

Agostinho confessa que Deus é o Sumo Bem. Porém, o homem moderno, influenciado por ideologias e pretextos anticristãos, consegue enxergar essa paz verdadeira? E mais ainda, para o homem moderno, existirá paz sem Deus? Com base no exposto, espera-se que o exemplo e o testemunho de Agostinho direcionem nosso livre-arbítrio para o exercício disciplinado das virtudes e convertam a nossa vontade humana no exercício do bem.

## **Referências**

AGOSTINHO, Santo. **A vida feliz**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1998.

AGOSTINHO, Santo. **Comentário ao Gênesis**. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005.

AGOSTINHO, SANTO. **Confissões**. Tradução: Maria Luiza Jardim Amarante; Prof. Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Paulus, 2013.

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. Tradução de António Soares Pinheiro. Braga: Faculdade de Filosofia, 1990.

AGOSTINHO, Santo. **Sobre a potencialidade da alma**: De quantitate animae. Tradução de Aloysio Jansen de Faria. Petrópolis: Vozes, 2013.

BATAGLION JÚNIOR, Eloi. **O mal como privação do bem**: a refutação de Santo Agostinho ao Maniqueísmo. São Paulo: Paulus, 2018.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da filosofia cristã**. Petrópolis: Vozes, 1991.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.

Chiara Lubich: *Attualità leggere il proprio tempo*, Città Nuova Ed., pag.85-87. Originariamente publicado em Città Nuova n. 4/1991 COSTA. Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antimanieira de Santo**. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.

DEMURGER, Alain. **Os Templários: uma cavalaria cristã na Idade média**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

EVNAS, Gillian. **Agostinho sobre o mal**. São Paulo: Paulus, 1995.

FRANCISCO, Papa. **Audiência Geral** Praça São Pedro quarta-feira 7 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2022/documents/20220907-udienza-generale.html>. Acesso em: 01 de maio de 2024.

GRACIOSO, Joel. **A relação entre Deus e o mal**. São Paulo: Saraiva, 1998

GILSON, Étienne. **A filosofia na idade média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Paulus, 2006.

NOVAES FILHO, Moacyr Ayres. **A razão em exercício: estudos sobre a filosofia de Agostinho**. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial: Paulus, 2009.

PHILOTHEUS, B.; ETIENNE, G. **A história da filosofia cristã**. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROHDEN, Huberto. **Agostinho: um drama de humana miséria e divina misericórdia** – 3. ed. – São Paulo: Martin Claret, 2012.

ROHRBACHER, **“Histoire Universelle de l’Eglise Catholique”**. Nabu Press, 2011.

RUBIO, Fernando Bermejo y TORRENTS, José Montserrat. **El maniqueísmo. Textos y fuentes**. Madrid: Trotta, 2008.

SANTOS, Paulo Vinicius Figueiredo dos. **Os usos da idéia agostiniana de guerra santa na fundamentação teórica da suma potestadis de Inocêncio III (1160-1216)**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2010. Disponível em: [https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276701843\\_ARQUIVO\\_Apresencaaagostiniana-artigoanpuh.pdf](https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276701843_ARQUIVO_Apresencaaagostiniana-artigoanpuh.pdf). Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

SILVA, Oliveira de Ivan. **O problema do mal em Santo Agostinho**. São Paulo: Pillares, 2008.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. Suma contra os Gentios: livros 1 e 2. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul; Livraria Sulina Editora, 1990.

TRAPÈ, Agostino. **S. Agostino:** Introduzione alla dottrina della grazia, II: Grazia e Libertà, in Collana Studi Agostiniani vol. 2, Roma 1987.

*Recebido em: 17/03/2025*

*Aprovado em: 14/06/2025*